Eva Maria de Jesus (tia Eva): Memórias de uma comunidade negra

Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos
INCT-InEAC/UFF*
UnB

Apresentação

Discorrer sobre as histórias das comunidades negras rurais está intrinsecamente relacionado com a memória de vida dos idosos dessas comunidades, pois ela nos transmite o passado. Assim como essa memória, as relações de parentesco e de compadrio são fenômenos sociais submetidos a flutuações, a transformações e a mudanças constantes, dada a natureza dinâmica das relações sociais. As memórias dos idosos, envolvidas nesses processos sociais dinâmicos, revelam novas facetas nos estudos sobre as comunidades negras rurais após a abolição da escravidão.

Tais memórias, ao exporem o passado, apontam as especificidades dos grupos de camponeses negros, seus caminhos de constituição e sua luta para realizar a reprodução social camponesa, ou seja, a possibilidade de ter terra, família e trabalho, ideal que denomino de "projeto camponês". Esse projeto, além de ter estabelecido os vínculos de uma "Irmandade" (categoria nativa) formada por ex-escravos, direcionou a vida da ex-escrava Eva Maria de Jesus (tia Eva). Tendo como baliza esses elementos, procuro, neste artigo, apresentar a trajetória de vida de tia Eva e, como consequência, a história da formação da comunidade negra rural Tia Eva[1] em Campo Grande/MS.

A memória de que me ocupo tem como ponto de origem a década de 1830, quando as minas de ouro da província de Goiás entram em decadência criando condições propícias para o aparecimento de uma economia agropastoril na região Sul dessa província. Mais especificamente, nas margens do rio Claro, quando a família Vilela, proveniente de Minas Gerais, tomou posse de uma extensa área de terra. Ali formaram, com a mão de obra escrava, a fazenda Ariranha – primeira fazenda de gado da região. Foi exatamente nessa fazenda que teve início a história de vida da ex-escrava Eva.

A origem da escrava Eva

De Espírito Santo dos Coqueiros, distrito de Lavras do Funil (atual município

de Lavras/MG), saiu Francisco Joaquim Vilela e seu filho José Manuel Vilela para o sertão do Paranaíba, como era conhecido o sul de Goiás. Notícias sobre terras sem dono nessa região circulavam em Minas, levando aos poucos levas de mineiros para esse sertão. Em 1836, com a chegada dos Vilela nesses confins, logo foi iniciada a derrubada da mata para começar uma roça, pois, como sabido na época, a roça legitimava a posse.

Nesse mesmo período, também chegou a esse sertão José Carvalho Bastos – nascido em Franca/província de São Paulo, após curta passagem por Sant'Anna do Paranaíba/província de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). Depois de formar ranchos e roças, regressou Carvalho para sua região de origem, de onde retornou, pouco tempo depois, com sua esposa Ana Cândida de Morais Carvalho. Nessa mesma época, José Manuel Vilela retornou a Espírito Santo dos Coqueiros, de onde voltou casado com a igualmente mineira Leocádia Perpétua da Silveira. Aos poucos, os Vilela e os Carvalho mediram e demarcaram suas posses com uma área que totalizava 12 léguas (França, 1995).

Esses pioneiros trataram logo de derrubar as matas para dar lugar aos pastos da crescente criação de gado vacum. Posteriormente, com o aumento do trabalho nas fazendas, ambos retornaram às suas terras natais para trazer mais escravos. Os homens escravos eram destinados à construção e ao campo, e as mulheres, à lida de casa (França, 1995).

Foi na fazenda Ariranha, de propriedade de José Manoel Vilela, que nasceu, no ano de 1848, a escrava Eva (futura Eva Maria de Jesus – "tia Eva"). Criada desde cedo para os afazeres domésticos, ela desempenhou várias funções na casa-sede da fazenda. Ainda jovem, assumiu os serviços na cozinha onde fazia vários doces, segundo Seu Waldemar Bento de Arruda (90 anos, filho do ex-escravo Generoso Bento de Arruda – genro de tia Eva),

> A história de tia Eva foi muito interessante, ela foi escrava, ela trabalha pros Vilela desde pequena. Lá onde ela morava em Jataí, naquele tempo do cativeiro, era no tempo dos reis, rainhas, aquela coisa toda. [...]. Aí tia Eva era especialista em fazer doce, cada uma fazia alguma coisa, cada uma das escravas. [...]. Cada escrava tinha uma atividade, uma era para ser cozinheira, outra para fazer doce, outra para lavar roupa, então tinha uma para cada atividade.

Na década de 1850, o comércio do gado e as terras ainda devolutas atraíram outros migrantes, criadores de gado com suas escravarias e um bom número de roceiros para o sul de Goiás. Nessa época, existia um intenso comércio entre a cidade de Coxim (Mato Grosso) e os povoados dessa região. A estrada que

conectava esses povoados a Coxim era o caminho por onde se deslocavam os carros de boi e as boiadas do Triângulo Mineiro. Da mesma forma, migrantes mineiros cruzavam essa estrada em direção aos campos de Vacaria, sul de Mato Grosso (Mello, 2002; Bruno, 1967).

No ano de 1858, José Manuel Vilela consente no casamento de sua jovem filha, Prudenciana Maria Vilela, com Serafim José de Barros. A união do casal foi acompanhada de doação da fazenda São Pedro e de um pequeno número de escravos (França, 1995). Por essa fazenda, na época da Guerra do Paraguai, passou o Visconde de Taunay com cerca de 3 mil homens em direção ao palco do conflito no sul de Mato Grosso. A tropa foi recebida pelo próprio Serafim José de Barros (Mello, 2002).

Conforme assinala França (1995:123), na fazenda São Pedro, Serafim José de Barros "era excessivamente mau, a ponto de dar nos escravos até fazer sangue e, para castigá-los com os requintes da moda, construiu e comprou os melhores instrumentos do século: tronco, pega, bacalhau, roda. Era excessivamente sexual [...]". Maus-tratos, conforme afirma Seu Waldemar Bento de Arruda, aconteciam também na fazenda Ariranha de propriedade dos Vilela,

> Nessa fazenda [Ariranha], onde tia Eva foi escrava, tinha os dias dos escravos apanharem, porque naquele tempo era assim eles iam marcando a carne da pessoa, [...], mas tinha um que falava que tal pessoa ia apanhar porque tal dia ele fez isso, fez aquilo, fez aquilo outro. [...]. É isso aí, a tia Eva contava, ela não cansava de falar isso nas histórias que ela contava. Naquele tempo tinha um costume de que, quando ia surgindo a lua, principalmente a lua cheia, as pessoas ficavam tudo sentado na beira da cozinha escutando essas histórias. Então foi lá que ela [tia Eva] contava essas histórias.

Em 1860, o já erigido povoado de Paraíso (Goiás) se desenvolvia favorecido pelo crescente mercado de gado e de escravos, pois era passagem obrigatória de comerciantes, mascates e das comitivas de gado que saíam do sertão de Farinha Podre, em Minas Gerais, rumo ao Mato Grosso. Esse início de desenvolvimento, além de atrair levas de migrantes mineiros para a região, contribuiu para a elevação de Paraíso a Distrito de Rio Verde, em 1864, com a denominação de Paraíso de Jataí. De acordo com Mello (2002:40),

> O município de Jataí podia ser considerado grande polo do mercado escravo no Sudoeste de Goiás. A grande cúpula dos senhorios espalhada pelo ainda vasto Município mantinha, cada um de seus membros, sua leva dessas criaturas

> submissas, entregues à faina diuturna e pesada. Em troca, a comida à base de carne e acomodação nas senzalas ou porões, construídos sob as suntuosas sedes das fazendas daquela época. Nesses compartimentos frios e úmidos, os escravos viviam e criavam os filhos. Eram acomodações mal ventiladas, misturadas aos cães, gatos. Nada disso impedia que os patrões estivessem ali nas cantarolas em noites escuras e silenciosas, tão silenciosas quanto sua libido.

Nos anos de 1870, aos 22 anos, a escrava Eva deu à luz na fazenda Ariranha a sua primeira filha, chamada Sebastiana. Posteriormente, nasceram nessa fazenda as outras filhas, Joana e Lázara. Segundo Seu Waldemar, "elas eram filhas de pais diferentes. Tinha uma que era clara e outra escura. Isso acontecia naquela época, eram essas coisas". Um dia, ao trabalhar em um tacho de doce, a escrava Eva deixou cair em sua perna, por acidente, uma panela de banha quente. Sobre este episódio Seu Waldemar afirma que, "então, ela ficou com aquele queimado sem cicatrizar, e ficou com mau cheiro na perna dela. [...]. Aí, por causa do cheiro da ferida, [...] fizeram um ranchinho para ela lá no fundo do quintal da casa da fazenda, mas ali mesmo ela trabalhava, fazia sabão".

Na época em que a escrava Eva vivia apartada da casa-sede da fazenda Ariranha, fazendo sabão e cuidando de suas filhas, ocorreu um fato que ficou marcado em sua memória:

> Mas a coisa mais impressionante na fazenda que tia Eva trabalhava, que ficava em Jataí, o patrão, o homem lá, ele almoçava e depois ele cochilava. E tinha uma preta lá que era muito estimada, aí o menino dela ficou doente e começou a chorar. Aí o patrão dela falou: Olha, eu não vou dar fim nesse menino, mas esse menino está muito manhoso, dá um jeito nele. Quando eu estiver deitado, dormindo, eu não quero ouvir o choro desse negrinho aqui, você dá um jeito nele. E ela era ocupada no serviço. Mas teve um dia que o menino chorou e gritou lá: Mãe. Ele estava com gripe, alguma coisa assim. Aí o patrão levantou e mandou ela pegar o menino. Ela pegou o menino e ele pegou um chicote e falou com ela: Você me acompanha. Ela pegou o menino e o menino chorando com catarro no nariz. Aí chegou no córrego. Aí, chegando lá, ele falou: Você pega esse negrinho e joga no córrego, não quero ouvir mais o choro desse negrinho. Ela abraçou o filho e se jogou no córrego junto com o menino, morreu ela e o menino. Aí o homem voltou sem graça para casa. Isso aconteceu nessa fazenda. Tia Eva contava essa história. Esse homem chamava Antônio Vilela. Ele tinha fazenda para todo lado, tinha gado pra daná, era muito atrevido, valente (Waldemar Bento de Arruda).

Essa experiência e outras vividas pela escrava Eva no tempo da escravidão geraram a "memória do cativeiro" contada por ela, nas noites de lua cheia, aos seus descendentes e narrada pelo Seu Waldemar cem anos depois deste fato. Hoje, é essa memória que conecta os descendentes da escrava Eva com o passado escravagista.

Na década de 1870, Jataí possuía um amplo plantel de negros escravos, boa parte deles desenvolvendo atividades agropastoris (Doles, 1984). O tratamento dado a esses escravos não era diferente daquele de outras regiões do país: os senhores, por qualquer motivo, ordenavam punições físicas. De acordo com Seu Waldemar, a escrava Eva, após presenciar a tortura de um escravo na fazenda Ariranha, fez uma promessa a São Benedito.

> A tia Eva foi muito devota de São Benedito. Por causa da escravidão ela fez um pedido para São Benedito, por isso ela veio pra cá [Campo Grande]. Ela fez um pedido a São Benedito assim. Um dia eles tinham apanhado lá, ela viu as pessoas apanhando, ela fez um pedido [que] se São Benedito ajudasse que ela saísse de lá para vim pra cá pro Mato Grosso, ela ia arrumar um lugar para criar só as pessoas da cor dela, mas que não iriam mais ser escravos. Iam viver independentes, fazer sua casa, fazer farinha, lavar roupa, fazer óleo de mamona, um local para passar toda a vida. Ela falou isso para São Benedito. E ela tinha o dom de benzer, com as graças de São Benedito. Assim que começou o negócio de benzer os outros.

A escrava Eva, almejando a liberdade e tendo o sonho de possuir uma terra que fosse somente dos negros e nela trabalhar e cuidar da família, começou a ser reconhecida, com o passar dos anos, como benzedeira. Conforme Seu Waldemar, "tia Eva tinha um dom de benzer, porque o dom quem dá é Deus, a pessoa já nasce com o dom de alguma coisa; naquele tempo benziam ventre virado, cobreiro, pasto, roça, aquela coisa toda, e ela era terrível nisso daí. Muita gente buscava ela, tinha até branco. O pessoal começou a chamar ela de tia Eva, era tia Eva pra lá, e tia Eva pra cá". Com esse "dom", a escrava Eva passou a ser conhecida na fazenda Ariranha e em seus arredores como "tia Eva",[2] gerando uma clientela que a procurava em busca de tratamento para diversos males. Por meio desse "dom", tia Eva criou estratégias para garantir seu espaço social nessas localidades. Por outro lado, o nome dela associado ao termo "tia", que é uma categoria honorífica, solidificou redes sociais nas quais estava inserida.

No cativeiro, os escravos, como forma de reforçar as teias sociais, formaram uma rede baseada nas relações familiares, de compadrio e de laços afetivos que

conectavam as fazendas escravagistas. Informações sobre castigos, fugas, nascimentos, mortes circulavam e eram atualizadas entre os escravos. Apesar de serem alvos de uma constante vigilância, os escravos circulavam com seus senhores ou sozinhos, a mando de seus proprietários. A rede estabelecia vínculos entre os escravos de diferentes proprietários, como narra Seu Waldemar:

> Os escravos não eram bobos não! Isso eles não eram. Igual hoje que tem jornal, as notícias andavam na perna do escravo, um falava pro outro e aí, no final, todo mundo sabia, tudo eles sabiam, quem tinha morrido e de que, quem tinha fugido, e aí vai. Os que trabalhavam na casa, falava, aí os que ia na cidade, falava, tinha muita fofoca também.

A condição de escravo produziu laços de solidariedade, consequentemente, facilitando certa organização. É através dessa organização que ocorre a busca por comunicação. Nesse sentido, como as interações se baseiam na realidade social em que os grupos estão inseridos, novas interações podem surgir ocasionando a reinvenção de padrões de comunicação. Destarte, Santos (1996:272) afirma que "a ordem local é associada a uma população reunida pelo território, pautada na escala do cotidiano, onde a organização seria produto da solidariedade, e onde se daria a busca por comunicação".

Após a libertação dos escravos em 1888, alguns ainda permaneceram nas fazendas, outros migraram para diferentes regiões e muitos saíram das fazendas e foram morar na povoação de Jataí, mais especificamente no bairro Corta-a-goela.

> Bairro pobre, constituído de cafuas de pau-a-pique e capim, com alguns modestíssimos casotos de adobe [...]. Era o local em que desviviam ou viviam miseravelmente os negros remanescentes das senzalas de José Manuel Vilela, José Carvalho Bastos e Serafim José de Barros, que ainda continuavam a fornecer mão de obra às famílias locais e delas recebiam as sobras de roupa, calçados cambaios e algum dinheiro das despesas miúdas (França, 1987:19).

Com a liberdade em mãos, grupos de libertos começaram a povoar as áreas urbanas, porém áreas periféricas. Como podemos perceber na citação acima, fronteiras espaciais, simbólicas e sociais foram ali estabelecidas. Corta-a-goela era um bairro segregado, ou uma "senzala urbana", espaço do negro da miséria e dos cafuas. A elite de Jataí, distante das formais relações de trabalho assalariado, tratava os libertos como se fossem ainda escravos, dando-lhes suas "sobras". Nesse local, as relações sociais ainda eram marcadas pela condição legada pela lógica

escravista. Desta maneira, os libertos continuavam inseridos numa estrutura hierárquica pautada pelas divisões estamentais típicas do regime escravocrata.

Nesse período, tia Eva, sem condições financeiras, com três filhas para criar e ainda com a ferida na perna que não cicatrizava, continuou a trabalhar para os Vilela e a benzer os males de todos aqueles que a procuravam. Nas terras da fazenda Ariranha, ela foi aos poucos construindo um pequeno pecúlio (carro de boi, bois, galinhas e porcos). De acordo com Seu Sérgio Antônio da Silva (74 anos, bisneto de tia Eva), "ela recebia recurso, era doação que faziam, porque para benzer, a pessoa dá, não pode ser negociado, fica a cargo de quem foi benzido dar alguma coisa ao benzedor".

Em 1894, nasceu o primeiro neto de tia Eva, Francisco de Paula Pinto, filho de Joana Maria de Jesus e Joaquim Ferreira Pinto. Nesse tempo, tia Eva, ainda acalentando o sonho de sair de Jataí e ter um pedaço de terra, conforme pedido feito a São Benedito, começou a ver seu sonho se realizar.

> E tinha aquele moço, que não era rei, mas tinha muita influência com o rei, e a filha dele ficou louca, aí levaram lá para tia Eva benzer, [...], e aí a menina sarou. Naquele tempo era essa coiseira toda. Branco não conversava com preto, mas o homem foi lá agradecer a ela e ela contou a ele que tinha vontade de sair do estado de Goiás e conhecer o Mato Grosso e criar um lugar só para pretos, para não apanhar, para trabalhar, ficar na liberdade. Aí ele falou: Olha, se você quiser ir, eu te ajudo. Ele deu duas juntas de boi para ela, boi de carga, duas juntas de boi dá quatro boi. Ela já tinha um gado lá, uns bois, então ficaram seis bois na carreta (Waldemar Bento de Arruda).

Sem opções de trabalho, sem acesso a terra, os libertos ainda estavam presos à hierárquica estrutura econômica e social do modelo escravagista que os cerceava e não permitia que reproduzissem sua condição camponesa. Por isso, os libertos, sem condições de desenvolverem o "projeto camponês" (acesso a terra, formação de famílias, certo grau de autonomia na vida cotidiana, o controle dos meios de produção e do processo de trabalho), procuravam sair de suas áreas de origem e fugir desse modelo. Nesse caso, a migração foi uma reação a esse tipo de estrutura estática.

O nascimento da Irmandade e a migração para Campo Grande

No ano de 1904, quando tia Eva iniciou os preparativos para a viagem, chegou a Jataí um grupo de ex-escravos de Uberaba que estava migrando para o Mato Grosso. Um desses ex-escravos era Dionísio Antônio Martins (fundador

da futura comunidade negra rural Furnas do Dionísio/MS). Sobre ele, Dona Conceição Rosa de Jesus (71 anos, neta de Dionísio) narra que, "os 'senhor' fazia escravo com as escravas, tudo era dele! Aí todos que nasciam na escravidão consideravam irmãos, uma irmandade. Assim foi ditado assim pra nós. E formou a irmandade de bastante irmão". Ainda segundo Dona Conceição, "aí acabou o cativeiro, aí o Vieira, dono dos escravos, mandou muita gente embora, todos os pretos né, veio tudo embora pra Mato Grosso, aí Dionísio veio, né, com sua irmandade [...]. Aí eles vieram pra cá buscando terra, né".

Como se pode perceber na fala de Dona Conceição, uma identidade compartilhada foi criada a partir da condição de escravo, ou seja, a categoria nativa "Irmandade"[3] se refere a grupos de ex-escravos, os quais se consideravam "irmãos", por consanguinidade ou afinidade. Essa "Irmandade" buscava condições propícias para desenvolver o "projeto camponês". À "Irmandade" de ex-escravos que se deslocou de Uberaba rumo ao Mato Grosso se juntaram outros ex-escravos de Jataí, como tia Eva, suas filhas e genro, e Adão, companheiro de tia Eva.

Neste caso, a condição de ex-escravo foi o elemento de coesão desses novos integrantes à "Irmandade", tendo como significado o compartilhamento de realidades comuns vivenciadas por alguns grupos em determinados momentos da vida. O compartilhar da fome, da miséria, do sacrifício, da sujeição, do árduo trabalho, da privação uniu e identificou as pessoas, transformando-as, em função desse passado de experiências comuns, em um grupo coeso e solidário, denominado, no caso desses ex-escravos migrantes, "Irmandade".

A viagem até Campo Grande, destino final desse grupo, durou alguns meses, pois o transporte era feito por carros de boi e no meio do caminho tinham que fazer roças para se alimentarem, arrumando, inclusive, serviços esporádicos, conforme narra Seu Waldemar:

> Aí tocaram a carreta, cada um deu uma coisa e eles vieram. Aí veio embora do estado de Goiás para cá. Os crioulos vieram em comitiva roçando pastos, amansando boi, fazendo cerca de arame; as crioulas vieram lavando roupa, e vieram naquela luta tremenda. [...] Eu sei que eles passaram por Coxim e depois chegaram aqui [Campo Grande].

Sobre essa "comitiva",[4] Seu Otávio Gomes de Araújo (73 anos, bisneto de tia Eva), afirma que "a comitiva tinha de tudo, veio muita gente, tem os Caetanos lá de Boa Sorte também, [...] tem os Borges também que veio lá também [...]. Eles, quando estavam vindo, paravam e faziam uma roça, aí durava uns três ou quatro meses, depois que colhiam, começavam a andar de novo".

Esses libertos, ao tentarem cruzar os limites do estado de Goiás para o Mato Grosso, foram obrigados a parar em um Posto de Fiscalização[5] para serem cadastrados. Porém, vários desses ex-escravos não possuíam sobrenomes e precisaram inventá-los. Grupos de homens, consanguíneos ou não, assumiram certos sobrenomes. Desse modo, surgiram os “Borges”, os “Custódio”, os “Caetano”, os “Silva”, os “Martins”, os “Souza” e os “Pinto”. Tia Eva, suas filhas e todas as outras mulheres, mesmo sem laços consanguíneos, adotaram o sobrenome “de Jesus”. Como afirma Dona Conceição Rosa de Jesus,

> Aí, quando passou nas fronteiras, aí precisava da assinatura, tudo colocou Martins, todos os que passaram com o grupo do meu avô viraram os Martins. [...]. E aí veio outra partida que é Souza, todos viraram Souza, eles não eram parentes não, mas viraram tudo Souza. Tinha Borges, Silva, Arruda, era muita gente. Eles combinaram essa assinatura tudo na fronteira. [...]. E outro é de Jesus. É a minha vó, a mãe do meu pai, é de Jesus. A mãe da minha mãe é dos Malaquias, das cachoeiras de Minas Gerais. É Malaquias Generosa de Jesus, era índia. [...]. E tia Eva era de Jesus também. A tia Eva veio trazendo a Santa do Rosário e São Benedito.

Percebe-se que nesse “batismo de fronteira” os laços de solidariedade e de alianças da Irmandade, construídos pelos ex-escravos no cativeiro, foram reforçados pelos grupos formados internamente com a adoção de uma “assinatura” comum, ou seja, por um sobrenome comum grupal. Sendo assim, a “Irmandade” identifica todos aqueles que foram escravos, e os grupos de sobrenome comum, formados no interior da “Irmandade”, identificam aqueles que se uniram via “parentesco simbólico”.

Desse modo, temos assim o início da estruturação, por parte dos ex-escravos, de uma rede social, denominada aqui de rede-irmandade. Com o passar do tempo, seus membros formaram intrínsecas ligações. O foco dessa rede era a ajuda e o apoio mútuo, além da preservação e do acesso a terra, ou seja, o projeto de reprodução social camponês. Posteriormente, as relações internas dessa rede foram reforçadas por outras de parentesco e de compadrio.

Como podemos perceber nas narrativas dos descendentes desses ex-escravos, tia Eva foi idealizada como uma liderança religiosa. Os sacrifícios vividos por ela no cativeiro, as promessas que fez para São Benedito e o seu “dom” de benzer e curar doenças formaram a sua imagem ligada diretamente ao campo do sagrado. Como que revivendo o mito judaico-cristão da terra prometida, tia Eva pediu a São Benedito uma terra onde os negros pudessem viver em liberdade, sem apanhar.

Mais tarde, iniciou-se um movimento similar ao messiânico: tia Eva, com a imagem de São Benedito, guiou seu povo oprimido em direção a essa terra. Por fim, tia Eva e Adão ("Adão e Eva"), juntamente com seu povo, após os sofrimentos impostos pelo trajeto, chegaram ao paraíso, a terra sem sofrimento, um espaço destinado por Deus para a construção do "projeto camponês". Num sentido bíblico, as dificuldades da migração foram imposições de Deus a seus eleitos, pois somente após o sofrimento e a privação, como se fosse um rito de passagem, os eleitos chegariam à "terra prometida".

No caminho para Campo Grande, tia Eva, ainda com a ferida na perna que não cicatrizava, fez uma promessa a São Benedito: caso ele a curasse, construiria no lugar de moradia uma igreja em homenagem ao santo, como relata Seu Otávio Gomes de Araújo: "Ela tinha uma ferida muito grande na perna, e aquela ferida ficou crônica. Aí ela fez uma promessa: lá em Mato Grosso, quando eu chegar, eu vou me instalar, se eu sarar dessa perna, eu vou fazer uma capela de São Benedito. Ela era devota de São Benedito".

A escravidão, a migração e a própria tia Eva estão imbricadas na memória coletiva dos seus descendentes; é como se existisse uma linha temporal, construída pela memória, que liga os eventos passados vividos por tia Eva aos dias de hoje. Essa linha, resgatada pela memória coletiva, estabelece um vínculo dos atuais descendentes com a escravidão, com a migração e com tia Eva. A memória não está dentro deles, são eles que se movem dentro dela. Nesse sentido, tempo e espaço não são coisas separadas, pois assim como o tempo constrói o espaço, o espaço constrói o tempo.

Em 1905, os integrantes da comitiva, logo que chegaram à recém-formada vila Santo Antônio de Campo Grande, no sul de Mato Grosso, procuraram uma região com terras sem dono. Pouco tempo depois, eles as encontraram na região de Olho D'água, a cerca de seis quilômetros do centro da vila. Nessa região, numa área de mata próxima ao córrego Segredo, tia Eva, suas filhas, genro, neto, Adão e outros ex-escravos tomaram posse de uma área de mata e ali erigiram o embrião da comunidade negra rural Tia Eva.

A comitiva de libertos se instalou em uma área de mata distante do centro da vila, terras menos valorizadas, fosse pelo relativo isolamento ou por serem menos adequadas à criação de gado – atividade predominante na época. Assevera Seu Waldemar que a terra na região de Olho D'água "não valia nada naquela época. Ninguém dava valor nas terras. Quem dava valor, dava valor mais numa carne assada com mandioca do que num pedaço de terra. Ninguém trabalhava nelas". A partir da ótica da valoração camponesa, o domínio da terra se legitima pelo trabalho que se faz nela e não pelo registro cartorial. Desse modo, dar valor

a terra é trabalhar nela, pois só por meio do trabalho é possível a família camponesa se reproduzir, assim como o próprio campesinato.

Nessa época, havia o costume de denominar os recém-chegados à vila de "mudanceiros". Este termo, segundo Barros (1999:23), "parece ter um sentido de certo modo pejorativo ou pelo menos manifesta o estado de incômoda apreensão em relação aos desconhecidos. Nem todos eram vizinhos desejáveis. [...]. Os primeiros "mudanceiros", e por muito tempo e em larga escala, eram mineiros do Triângulo". Sendo assim, os que já moravam na vila há longos anos ou desde a sua criação demonstravam certo poder legitimado pelo princípio da antiguidade. Os mais antigos ostentavam os valores da tradição e da "boa" sociedade, o que equivaleria ao grupo *establishment* local. Os "mudanceiros", os novos moradores da Vila, representantes da "desorganização social", seriam os *outsiders* (Elias, 2000).

A região escolhida pelo grupo de tia Eva, ou seja, os "mudanceiros" negros, era habitada por famílias de negros camponeses que haviam sido escravos de famílias da própria Vila Santo Antônio de Campo Grande, como explica Seu Waldemar:

> Lá tinha uns crioulos roceiros, quando tia Eva chegou, falavam que eles também foram escravos, mas era daqui mesmo. Os brancos moravam tudo perto do centro. As coisas antigamente eram assim, crioulos de um lado e brancos do outro, né. Antigamente tinha essas coisas, os brancos era tudo criador de gado, rico. [...]. Ali tudo se chamava Olho D'água, mas depois mudaram para Cascudo [...]. Mas lá tinha muito crioulo, era cheio de crioulada, naquele tempo era tipo o cativeiro, a crioulada gostava muito de andar de pé no chão, quando muito, algum tinha a alpargata. Então, andando de pé no chão, a sola do pé engrossa tudo, aí então ficou essa história de Cascudo pra lá e Cascudo pra cá.

A apropriação por parte dos negros de um espaço propiciou, em pouco tempo, a mudança do nome da localidade de Olho D'Água para Cascudo, lugar em que os negros andavam de *pé no chão*. Nesse sentido, na região da vila de Santo Antonio de Campo Grande, além das divisões entre *establishment* e *outsiders* ("mudanceiros"), havia a separação espacial entre os "mudanceiros" negros que moravam no Cascudo, lugar "tipo um cativeiro", referência a um lugar cheio de negros, e os brancos que moravam na vila. Além disso, na fala de Seu Waldemar, fica clara outra separação, as das atividades econômicas, em que os negros eram camponeses e os brancos, que em sua maioria trabalhavam, direta ou indiretamente, com a criação de gado. Nessa vila existia então uma sociedade dual, pois assim como foram criadas características positivas e negativas para estigmatizar

os grupos (*establishment* e *outsiders*), os espaços também o foram, acarretando um duplo estigma.

Logo que os novos "mudanceiros" negros se instalaram, a ferida da perna de tia Eva sumiu. Milagre logo creditado a São Benedito. Com a perna curada, tia Eva cumpriu sua promessa: construiu a "igrejinha" de São Benedito, de pau a pique, próxima à sua casa. Como afirma Seu Otávio Gomes de Araújo, "a ferida dela sarou, foi atendido o pedido dela. Então, em 1910, ela já tinha a igrejinha feita de pau a pique".

Em 1906, a Vila de Campo Grande não passava de um pequeno povoado com poucas casas, as quais, segundo Gomes (2004:79), "juntas não valiam quarenta contos de réis". A maior edificação era a igreja de Santo Antônio, construída em 1875, que aglutinava ao seu redor as poucas habitações dos moradores. Boa parte da população de então morava nas extensas fazendas de criação de gado, principal atividade econômica de Campo Grande (Pereira, 2002).

Nesse período, gado era sinônimo de riqueza e *status*, já a agricultura, única alternativa para os despossuídos de recursos financeiros, era a principal atividade econômica dos pequenos camponeses. Em número reduzido, eles orbitavam ao redor do núcleo urbano da Vila de Campo Grande, abastecendo o mercado local com seus gêneros alimentícios. A atividade agrícola, para a sociedade mato-grossense, estava ainda atrelada ao trabalho escravo, consequentemente, a maior parte da população preferia trabalhar com atividades econômicas ligadas à pecuária do que labutar na terra (Mensagem, 1912).

Em 1906, a igrejinha de São Benedito foi a segunda igreja erigida no município. Por causa dela, o lugar logo passou a ser conhecido em Campo Grande como São Benedito. Nesse novo local, os componentes da "Irmandade" começaram a casar entre si, como as duas filhas de tia Eva – Sebastiana Maria de Jesus e Lázara Maria de Jesus – que se casaram com os filhos de Antônio da Silva e Maria Antônia, Jerônimo "Vida" da Silva e Luís José da Silva, respectivamente. A terceira filha de tia Eva, Joana Maria de Jesus, já havia se casado em Jataí com Joaquim Ferreira Pinto. Maria Antônia de Jesus, filha de Antônio da Silva e Maria Antônia, casou-se com Custódio Antônio Nortório. Outros se casaram com filhos de famílias de migrantes libertos que estavam na comitiva de tia Eva.

Na área de São Benedito, alguns membros da "Irmandade" iniciaram migrações para outras localidades em busca de terra e de local de trabalho, ou seja, para realizar o "projeto camponês". Afirma Dona Conceição Rosa de Jesus que, "quando eles chegaram aqui [São Benedito], foi procurar terra, né, aí saiu o povo. Tia Eva ficou lá na igrejinha [São Benedito], Dionísio achou a Furnas [Furnas do Dionísio] e teve um povo que foi dá lá na Boa Sorte [Furnas da Boa Sorte]. [...].

Depois foi um povo lá pro Buriti [Chácara do Buriti]. É muita gente, né".

Em relação à saída de Dionísio Antônio Martins e de sua esposa Luiza Joana Generosa de Jesus (casal fundador da comunidade negra rural Furnas do Dionísio), Dona Conceição narra que

> O vô Dionísio morou lá em São Benedito [...]. Aí depois foi lá pra Jardim, depois veio, diz que morou em Rio Pardo, daí veio, aí morou lá para o lado de Jaraguari. Esqueço o nome do lugar, lá de Jaraguari, daí parece que um amigo dele era caçador, aí veio caçar lá, veio insistir, toda vida aí falou pra ele: "Ó, compadre lá tem um lugar lá, vamos lá ver, porque eu acho que lá não tem dono, vamos lá ver". Aí ele veio cá ver, andou e caçou e levou o endereço tudo no cartório, o cartório veio aí, aí não achou dono nenhum, então ele plantou em cima. E o Córrego chamava Lajeadinho. Aí ficou fazenda Lajeadinho, isso foi mais ou menos em 1911 ou 1912, é isso.

Nesse início nas Furnas, Dionísio chamou Luís José da Silva e sua esposa Lázara Maria de Jesus (filha de tia Eva) para lá morarem, como conta Dona Narzira da Cruz de Barros (86 anos, bisneta de tia Eva): "Depois que ela casou [Lázara Maria de Jesus] com o velho Luís, ficou um tempo morando aqui [na área da tia Eva], aí o velho Dionísio chamou eles para morar lá com ele, lá tinha terra sobrando naquela época. Lá ela criou os filhos. Aí os filhos foram crescendo e foram casando com o pessoal de Furnas".

Em 1910, a Vila de Santo Antonio de Campo Grande tinha uma população de 1.200 pessoas morando em casas de pau a pique. Nesse ano, a vila foi dividida em três áreas: zona urbana – com 222 ha; zona suburbana – com 1.314 ha; e zona rústica – com 4.968 ha, totalizando 6.504 ha (Ayala & Simon, 2006:410). As terras de tia Eva e das outras famílias de libertos estavam localizadas na zona rústica.

Nessa época, Campo Grande continuava a atrair pequenos camponeses, como foi o caso da família de Maria Gregória de Arruda, que conheceu tia Eva em Jataí/GO. Segundo Seu Waldemar Bento de Arruda, essa família, que chegou em 1910 em São Benedito, havia sido expulsa da fazenda de José Parassu, em Jataí. Neste caso, o grupo de tia Eva serviu de referência para a família de Dona Maria Gregória. Observa Ellen Woortmann (1995:08) que "essa prática contribuiu para que houvesse certa concentração de pessoas relacionadas entre si nas localidades de destino, facilitando aos recém-chegados o acesso ao trabalho e a terra". Desse modo, as pessoas são levadas a migrar principalmente com base nas relações sociais, seguindo rotas que foram trilhadas por parentes e amigos.

Nesse tempo, tia Eva, além de benzer e realizar partos, trabalhava na

produção de doces, mesma atividade que praticava no tempo da escravidão. Os doces eram vendidos nas ruas de Campo Grande. Na década de 1910, de acordo com Seu Sérgio Antônio da Silva, tia Eva, procurando regularizar suas terras, requereu ao intendente da comarca de Campo Grande, Nilo Javary Barem, a posse de oito hectares de terras devolutas, o que lhe custou 85 mil réis. Esse valor foi pago com recursos da venda de doces que fazia. Segundo Dona Luiza Valeriana de Jesus, "É, a terra era devoluta. Aí ela pegou e requereu. Requereu um pedaço ali e aquele pedaço de terra ali. [...], ela requereu, fazendo doce de laranja, ela requereu isso aí fazendo doce de laranja, doce de mamão [...]. Assim, ela conseguiu fazer esse negócio, requerer esse pedaço de terra".

Nas terras de tia Eva, as famílias de camponeses negros procuravam atrelar o trabalho na roça com outras atividades, como produção de doces, azeites e manufaturas de objetos de madeira. A produção era vendida pelas mulheres, geralmente acompanhadas por seus filhos, nas ruas da vila de Campo Grande. Outras mulheres trabalhavam como lavadeiras, cozinheiras e empregadas domésticas para pessoas da área urbana de Campo Grande. Já os homens, além do serviço em suas roças, trabalhavam como carpinteiros, pedreiros e peões de fazendas.

As famílias negras camponesas passaram a constituir o que Souza Martins (1997) designou de "viveiros de força de trabalho" para a vila de Campo Grande. Segundo Santos (1982:111), cujas ideias se coadunam com as de Souza Martins,

> A exploração da força de trabalho camponesa efetiva-se pela conversão dessa forma de produção em viveiro de força de trabalho para o próprio setor agrícola, para o setor urbano-industrial e para as frentes de expansão e frentes pioneiras, expressando-se pela presença de membros da família camponesa em trabalhos temporários no setor agrícola e por sua participação nos fluxos migratórios rural-urbano e rural-rural contemporâneos.

Em 1913, por causa do rápido crescimento de Campo Grande devido à construção da estrada de ferro da empresa Noroeste do Brasil, o valor das terras aumentou consideravelmente. O comércio multiplicava-se, existiam cerca de 200 casas comerciais (armazéns, mercearias, cafés, tavernas e farmácias). A indústria era representada por duas serrarias, uma dúzia de olarias e por 80 pequenos engenhos de cana, que produziam açúcar, rapadura e aguardente (Ayala & Simon, 2006).

Apesar dessa "onda" desenvolvimentista, a agricultura, de acordo com Eduardo Olympio Machado, 3º vice-presidente do Estado em 1913, ainda era atrasada e sua produção incipiente. A principal atividade econômica do

município era a indústria pastoril. Eram exportadas anualmente para as invernadas de Minas e de São Paulo cerca de 50.000 cabeças de bois. As propriedades de criação de gado dentro do município eram verdadeiros latifúndios (Mensagem, 1913).

Nas terras de tia Eva, de acordo com Seu Otávio Gomes de Araújo, "tinha muita roça de mandioca, eles faziam muita farinha, no tempo de tia Eva, pra também vender no centro da cidade [Campo Grande]. Todo mundo trabalha, criança, adulto, velho, era tudo feito pela família". Ainda segundo Seu Otávio, tia Eva, depois que deixou a casa que tinha próxima à igrejinha, construiu outra ao lado do córrego Segredo. Ali, ela plantava mandioca e Adão cultivava feijão.

As roças dos camponeses negros, nesse período, ajudavam a sustentar o pequeno comércio hortifrutigranjeiro que havia no núcleo urbano de Campo Grande. A plantação de mandioca era a principal cultura plantada, pois dela se fazia a farinha que alimentava a família e que também era comercializada. Toda a produção de gêneros alimentícios era feita pelo grupo familiar, comumente ajudado por mutirão ou "surpresa", como afirma Dona Jerônima Borges da Silva (76 anos, bisneta de tia Eva): "Antigamente eles faziam a surpresa, as pessoas tava na roça, lá no mato, eles iam lá e montavam maior turma e faziam uma 'surpresa' na pessoa de madrugada, à noite. Aí, no outro dia, aquele mutirão da roça limpava e embalava tudo; a noite só era festa".

A prática do mutirão e da "surpresa" é um exemplo importante da noção de dádiva, inscrita no universo camponês, pois estabelece um elo de solidariedade entre aqueles que fazem as tarefas e os que recebem a tarefa feita. O sentido de mutirão e "surpresa" está impregnado no que Mauss (2003) designou como "dádiva".

No ano de 1918, a vila de Santo Antônio de Campo Grande foi elevada à cidade, o que motivou a instalação da iluminação pública elétrica em seu centro. Como consequência, muitos fazendeiros começaram a construir suas residências na área urbana de Campo Grande, cujo traçado era parecido com um tabuleiro de xadrez, apresentando 20 ruas longas, largas e retilíneas, três praças e duas avenidas. No ano de 1919, a cidade de Campo Grande possuía 550 casas, com uma população de 5.000 pessoas (Congro, 2003). A maior parte dessa população havia construído seu domicílio dentro da área urbana ou em terras que ficavam próximas ao centro da cidade. O restante do município era caracterizado pela alta concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, que tinham na pecuária a principal atividade econômica.

No ano de 1919, tia Eva, com a ajuda dos devotos de São Benedito, de membros da "Irmandade" e de um milagre realizado por ela e/ou São Benedito,

conseguiu finalizar a edificação da igrejinha de São Benedito. A antiga estrutura de madeira foi substituída por alvenaria de tijolo maciço revestido de argamassa. Sobre a reconstrução da igrejinha, Seu Waldemar afirma:

> Aí, aquela igrejinha era de tábua. Era de tábua e bem pequenininha. E aí sabe o que, aí construíram de material, sabe como é que foi? Naquele tempo tinha muita revolução, muito tiro de carabina, de 44, aquela coisa lá, [...] e uma bala pegou na perna do major de polícia. É, pegou na perna, bem no tornozelo aqui, e ele andava só mancando, mancando pra lá, mancando pra cá, e afastou da polícia e fez uma promessa lá no oratório da tia Eva: [que] a tia Eva e o São Benedito tirasse aquela bala, porque ele não podia operar, porque se ele operasse ele ia ficar aleijado por completo. Se aquela bala saísse, ele ia dar umas vacas pra festa dela, e a bala saiu, e a bala ficou no altar de São Benedito pra todo mundo ver naquele tempo. E ficou a bala de 44 nos pés de São Benedito durante muito tempo. Aí ele deu a festa, a vaca e resolveu mandar a banda de música lá. [...]. Aí, com o dinheiro da festa, construíram a igreja de material. [...]. Mas no dia que acabaram as obras da igreja, foi aquela festa, tudo mundo que ajudou tava lá, muita gente [que] tinha ajudado a construir a primeira igreja, que era de madeira, também tava lá.

Nesse ano, no dia 13 de maio, teve início a primeira festa de São Benedito organizada pela própria tia Eva. Como relata Dona Adair Jerônima da Silva (75 anos, bisneta de tia Eva), "nessa festa tia Eva renovou seus votos ao santo, e prometeu que haveria todos os anos festa ao santo. E prometeu também que todos os anos ela faria a festa e, quando morresse, seus descendentes iriam continuar com a festa". Como parte dessa festa, também ocorreu no Cascudo a primeira procissão de São Benedito de Campo Grande.

Todos os anos, meses antes da festa, tia Eva saía com outros parentes, empunhando o mastro de São Benedito, para ir às casas e às fazendas com o objetivo de pedir esmola para esse evento. Por causa da festa de São Benedito, tia Eva conseguia reunir mulheres e homens da região do Cascudo na sua organização. Nessa ocasião, vinham pessoas de Campo Grande e da região do Cascudo. Outros que chegavam de longe, como era o caso de Furnas da Boa Sorte e Furnas do Dionísio, ficavam acampados nas terras de tia Eva. A festa tinha início com as novenas, durante o dia, e à noite começavam os bailes: "Festa aqui era nove dias, o pessoal dançava até durante a semana. Eu cansei de dançar baile aqui nessa comunidade aqui, na novena, né, ia pra novena, saía da novena, dançava baile" (Dona Jerônima Borges da Silva).

A festa era também um rito de passagem para os jovens, pois muitos se casaram com pessoas que namoraram na festa, a maioria primos. Desse modo, ela era o local e a ocasião de se conhecer o futuro marido ou a futura esposa. Segundo Dona Luiza Valeriana de Jesus, "as meninas estavam lá no baile, né. Aí conheciam os homens lá, os primos, né. E ali começava o olha olha, nesse olha olha, muitas se casaram, foi na festa mesmo que conheceram seus maridos".

Dona Narzira da Cruz de Barros, que conheceu seu marido, Custódio Caetano de Barros (da comunidade negra rural Furnas da Boa Sorte), na festa de São Benedito, afirma que, "ele [Custódio] vinha, uma semana e ficava aí com a família dele, até passar a festa, depois da festa iam embora. Aí nós se conheceu na festa e depois nós casamos. [...]. Mas vinha muita gente na festa, esse povo de Boa Sorte tudo vinha". Outras uniões se sucederam na família de Dona Narzira motivadas também pela festa de São Benedito. Estes são exemplos, dentre vários que ocorreram e ainda ocorrem, de famílias de descendentes de Tia Eva que se uniram pelo casamento com famílias de outras comunidades negras.

Com o passar dos anos, tia Eva começou a ser referência para várias pessoas da região de Campo Grande que tinham algum problema de saúde, pois a sua fama como benzedeira, curandeira e parteira já havia se espalhado. Seu Waldemar narra que "ela era curandeira; assim, se você tinha um problema, tinha aquele negócio de quebrante, de ventre virado, mau olhado, tinha tudo isso aí. Ela fazia umas garrafadas, colocava a bebida na garrafa e enterrava durante um mês, só depois é que podia os doentes beberem". Na construção da imagem de tia Eva como curandeira e líder, assevera Seu Sérgio Antônio da Silva (bisneto de tia Eva) que,

> Então, a tia Eva foi uma grande liderança. Era parteira, sabia ler e escrever. Receitava remédio de médico alemão. E as pessoas curavam. Em uma época que Campo Grande não tinha nem padre. Isso aqui não tinha nada. Só era mato. Passagem para boiada. [...]. Todos a admiravam. Por causa da inteligência dela se tratando de uma pessoa escrava. Porque ela fazia o trabalho do sacerdote. Tudo era ela.

No espaço criado por tia Eva, ela fazia o papel de sacerdote mas sem a mediação da igreja oficial. Nos momentos de dor ou de ameaça social, as pessoas a procuravam para ouvir conselhos, partilhar uma oração ou receber uma bênção, pois reconheciam nela um saber religioso eficaz para essas conjunturas. Tia Eva, ao construir essa ponte entre o humano e o divino, começava a ser vista como milagreira. Boatos sobre milagres foram surgindo. Seu Waldemar, testemunha de alguns deles, nos conta que

> Ela curou minha irmã, minha irmã tinha uma dor de cabeça terrível. Quem foi pegar a água no córrego fui eu, e ela pôs a água num copo e depois colocou na cabeça dela. Aí tia Eva benzeu minha irmã e a água ferveu. Aí, depois que a água ferveu, eu fui jogar a água no córrego. E nunca mais minha irmã teve dor de cabeça. Chamava dor de cabeça do sol. Quem quiser duvidar duvida, mas aqui está um que viu.

No final da década de 1910 faleceu Lázara Maria de Jesus, filha de tia Eva. Seu corpo foi enterrado em frente à igrejinha de São Benedito. Com sua morte, seu marido Luís da Silva e seus três filhos pequenos, Manoel Joaquim da Silva, Eva Lázara da Silva e Jerônima Lázara da Silva, continuaram morando em Furnas do Dionísio. Pouco tempo depois, Seu Luís da Silva se casou com Maria Luiza de Jesus, filha de Dionísio Antônio Martins Meneses e Luiza Joana Generosa de Jesus.

Por volta do ano de 1925, motivado pela falta de terras para sustentar sua família, o ex-escravo Jerônimo "Vida" da Silva, sua esposa Sebastiana Maria de Jesus (filha de tia Eva) e seus filhos mudaram-se da área de São Benedito para a Fazenda Buriti Escuro. Permaneceram em São Benedito: tia Eva, sua filha Joana Maria de Jesus com seu esposo Joaquim Ferreira Pinto e filhos, Adão e outros ex-escravos.

No dia 11 de novembro de 1926, com 78 anos de idade, faleceu em São Benedito a ex-escrava Eva Maria de Jesus, tia Eva. De acordo com Seu Sérgio Antônio da Silva, "ninguém sabia falar de que ela morreu. Foi uma doença desconhecida. Ela sabia que iria morrer. Minha mãe contava que ela dizia isso. [...]. Mamãe falava que, quando ela faleceu em 1926, a cidade toda parou e pessoas de destaque a reverenciaram". O corpo de tia Eva foi enterrado em frente à igrejinha de São Benedito. Em seu túmulo, os festeiros colocaram uma pequena placa de metal com os seguintes dizeres: "Tia Eva, natural de Goiaz, falecida a 11 de novembro de 1926, com 78 anos de idade. Tributo dos festeros de São Benedito no anno de 1927".

A comunidade negra Tia Eva depois de tia Eva

Após a morte de tia Eva, "ele [Adão] sumiu, aí logo depois ele morreu, foi o que falaram" (Dona Adair Jerônima da Silva). As funções religiosas e políticas de tia Eva foram herdadas por sua filha Sebastiana Maria de Jesus que, após a morte de sua mãe, retornou a São Benedito com seu esposo Jerônimo "Vida" da Silva. Dona Sebastiana, ao perpetuar a imagem de sua mãe, reforçava os laços de coesão do seu grupo social. Ali também ainda morava sua irmã, Joana Maria de Jesus, e família.

As terras de tia Eva, após o seu falecimento, continuaram a ser utilizadas por seus descendentes. Não havia lotes individuais, predominava o uso comum da terra, como destaca Dona Neuza Rosa dos Santos (60 anos, descendente de tia Eva): "aqui era tudo solto, não tinha cerca não. Cada família tinha seu quintal onde plantavam, e outros trabalhavam fora, faziam roça, faziam lavoura e cuidavam de gado e porco. Assim era aqui antigamente".

No ano de 1941 foi assinado pelo prefeito de Campo Grande, Eduardo Olímpio Machado, o Decreto nº 39, de 31 de janeiro de 1941, que dividiu a cidade em zonas de construção. Esse plano de expansão urbana determinou que áreas antes tidas como rurais se transformassem em urbanas. Além disso, constituiu bairros e definiu a metragem dos lotes urbanos desses bairros (Arruda, 2006). Como consequência desse decreto, teve início o parcelamento de terras que eram utilizadas pelos descendentes de tia Eva para moradia e várias atividades, como plantar, coletar lenha, realizar corridas de cavalo. Com isso houve uma grande diminuição das terras tradicionalmente ocupadas por esses descendentes. Após os parcelamentos, essas terras começaram a ser vendidas, por Sebastião Bagagio, para os padres da Missão Salesiana de Mato Grosso.

Em 1955, Dona Sebastiana Maria de Jesus faleceu nas terras de Tia Eva. Antes de morrer, como herdeira das tradições religiosas da mãe, passou a responsabilidade de cuidar da igrejinha de São Benedito e da festa deste santo para sua filha Catarina Maria de Jesus, que também foi introduzida por sua mãe na prática de benzer. Além de benzedeira, Dona Catarina era lavadeira e criou todos os seus filhos com o dinheiro recebido por esse trabalho, como nos conta Dona Neuza: "a vó Catarina lavava roupa no centro da cidade. Ela manteve os filhos, criou os filhos, lavando roupa pra fora".

Assim como sua mãe, Dona Catarina também assumiu suas atribuições perante a comunidade. A força centrífuga de tia Eva, de Dona Sebastiana e de Dona Catarina foi responsável pela coesão do grupo, pois os descendentes dessas mulheres, mesmo dispersos, não perderam sua linha de referência materna. Poder-se-ia falar aqui de um perfil matrilinear, que marca extremamente essa comunidade, pois os descendentes de tia Eva a consideram, bem como às suas filhas, como antepassados comuns. Os mais idosos, principalmente as mulheres, conseguem descrever as ligações genealógicas que unem uns aos outros de forma a remontar uma linha ininterrupta até chegar às filhas de tia Eva, consequentemente, à própria tia Eva.

As terras de Tia Eva, que representavam um Sítio – espaço onde se reproduzem socialmente várias famílias de parentes, descendentes de um ancestral comum (Woortmann, K., 1990) – tinham como núcleo centralizador a casa da

família mais velha, no caso, a casa de Dona Sebastiana Maria de Jesus. Com o seu falecimento, a casa de sua filha, Catarina Maria de Jesus, herdou essa posição.

Nessa época, os padres salesianos, que haviam comprado inúmeros lotes na região do Cascudo, começaram a construir o Seminário Diocesano. Alguns descendentes de tia Eva, que possuíam terras nas áreas pretendidas pelos padres, passaram a vendê-las. Para Dona Adair Jerônima da Silva, o que motivou a venda foi a construção da rua do Seminário, que passava ao lado desse grupo camponês: "eles perderam a força por causa da rua do Seminário. Não deu para eles não. Antes era um trieiro[6] que existia, depois fizeram a rua, aí cortou os terrenos e as roças deles também".

Após desistir de adquirir o Sítio de Tia Eva, a Igreja Católica tomou para si o controle da igrejinha e da festa de São Benedito de 1960 a 1975. Não satisfeita, a Igreja queria administrar ininterruptamente a igrejinha de São Benedito, porém, como os descendentes de tia Eva recusaram esta proposta, a Diocese construiu em 1967, ao lado do Sítio de tia Eva, a igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Ao nominar a igreja com santos cultuados pelos descendentes de tia Eva, a Igreja Católica tinha como objetivo desviar os fiéis que frequentavam a antiga igrejinha para a nova e marcar sua posição de fiel depositária tanto da fé cristã como das edificações cristãs. Desse modo, as missas e outras atividades ecumênicas, que eram realizadas na igrejinha, foram transferidas para a igreja da Diocese. Somente uma vez ao ano, na festa de São Benedito, é que os padres realizam missa na igrejinha, porém do lado de fora.

No decorrer desse processo carregado de discordâncias, faleceu, em 1975, Dona Catarina Rosa da Cruz (neta de tia Eva). Segundo seu filho, Seu Sérgio Antônio da Silva, após o falecimento de sua mãe, ele procurou os padres para que realizassem o velório. Entretanto, por não ter a família cedido a administração da igrejinha de São Benedito e nem os recursos obtidos com a festa deste santo para a Igreja Católica, eles não fizeram o velório.

Com o falecimento de Dona Catarina, sua filha, Dona Narzira da Cruz de Barros, não pôde assumir a responsabilidade pela igrejinha nem pela festa de São Benedito, pois nessa época morava com sua família numa fazenda distante de São Benedito. Seu Sérgio Antônio da Silva assumiu esta tarefa. Anos depois, Dona Narzira, após seu retorno, começou a coordenar a parte religiosa da festa, e seu irmão, Seu Sérgio, a esfera administrativo-política. Dessa forma, as atividades em prol do santo retornaram para as mãos de uma mulher, padrão que havia sido iniciado com tia Eva, mais tarde passado para sua filha, Dona Sebastiana Maria de

Jesus, tendo continuado com a neta, Dona Catarina Rosa da Cruz, e prosseguido com a bisneta, Dona Narzira da Cruz de Barros. Além da coordenação da festa de São Benedito, as quatro têm em comum a grande devoção ao santo e o ato de benzer, o qual foi passado, nessas quatro gerações, de mãe para filha.

Até a década de 1970, segundo Seu Otávio Gomes de Araújo, os devotos de São Benedito, juntamente com os devotos de tia Eva, depositavam seus ex-votos em vários locais do interior da igrejinha, principalmente próximo do altar.

> Antigamente vinha povo de todos os lugares depositar pé, cabeça, mão, tinha parte do corpo todo dentro da igrejinha, mas aí os padres proibiram. Não sei por que eles fizeram isso. Mas o pessoal vinha, tinha gente de Dionísio, da Chácara do Buriti e até da Boa Sorte que vinha fazer promessa aqui, tinha também batizado e casamento, o pessoal fazia tudo aí. Na frente da igrejinha era um mundo de vela que o povo colocava, teve até uma vez que tivemos que apagar o fogo, porque era muita vela e não tinha espaço para colocar mais, né.

A igrejinha de São Benedito era um espaço agregador da rede-irmandade, pois, como narrado por Seu Otávio Gomes de Araújo, seus membros, que eram fiéis de São Benedito e de tia Eva, depositavam seus ex-votos ali. Pode-se perceber com isso que, até a década de 1970, o sentido religioso da rede-irmandade ainda estava atrelado à tia Eva por meio da igrejinha de São Benedito. Até hoje a igrejinha é utilizada, principalmente pelos devotos de tia Eva, para pagar promessa, porém não depositam mais os ex-votos. Entretanto, alguns devotos, como pude observar, ainda deixam no altar fotos 3x4 de pessoas que estão doentes ou necessitadas, na esperança de que São Benedito ou tia Eva cure ou alivie esses necessitados.

Inicialmente, os descendentes de tia Eva, ao se casarem, construíam suas casas no interior do Sítio de tia Eva. O "projeto camponês" levou algumas pessoas a buscarem terra e trabalho em outras regiões. Com o crescimento e o constante avanço da área urbana de Campo Grande na direção das terras de tia Eva, novas famílias foram impulsionadas a sair do Sítio, porém, não mais obedecendo a um "projeto camponês" e sim a um "projeto urbano", ou seja, a possibilidade de constituírem suas famílias, de viverem de uma atividade profissional própria do meio urbano e de terem uma habitação provida de equipamentos urbanos (água, luz, esgoto encanado, transporte coletivo, ruas asfaltadas, serviço de limpeza urbana e outros). Em contrapartida, os que saíram aumentaram as possibilidades de reprodução dos que ficaram, pois o imóvel, já parcelado, não seria mais desmembrado.

No processo contínuo de expansão urbana, o Sítio de tia Eva foi adquirindo uma configuração de vila, atualmente denominada pela prefeitura de Campo Grande de Vila de São Benedito. Possui uma rua principal asfaltada (rua Eva Maria de Jesus), com cerca de 500 metros de extensão, que divide a comunidade em dois lados. Descendo a rua do Seminário no sentido do córrego Segredo, do lado esquerdo predominam descendentes de Lázara Maria de Jesus e, do lado direito, descendentes de Sebastiana Maria de Jesus. Os descendentes de Joana Maria de Jesus, em menor número, possuem casas dos dois lados. Alinhadas em cada lado da rua estão os lotes com suas respectivas casas. O número de casas, dentro de cada lote, está diretamente relacionado ao número de famílias elementares, as quais constituem, dentro do lote, uma família extensa. Quanto maior forem as famílias elementares, mais casas haverá no interior dos lotes.

Tia Eva hoje

No início da comunidade negra Tia Eva, como já mencionado, o trabalho nas roças familiares era a principal atividade econômica. Depois, essa atividade passou a ser realizada paralelamente com o trabalho assalariado nas fazendas da região e com a venda de certos produtos comercializados nas ruas de Campo Grande. Como decorrência do processo de crescimento econômico da cidade, iniciou-se a transformação da mão de obra camponesa para a mão de obra proletária. Assim, a comunidade começou a ser empregada na construção civil, no caso dos homens, e nos serviços de doméstica, no caso das mulheres. Hoje, os trabalhos assalariados ligados às atividades urbanas absorvem, quase totalmente, a mão de obra da comunidade Tia Eva. Os homens continuam sendo atraídos para a construção civil (pedreiros/serventes). Para as mulheres, houve certa variedade, pois além do serviço de doméstica/auxiliar de limpeza, que continua majoritário, existem ofertas de trabalho como cabeleireira, manicure, pedicure, costureira e comerciária.

Por causa das diminutas extensões dos lotes, novos casais, na maioria das vezes, são obrigados a migrar para outros bairros. Existe, porém, uma dinâmica própria das relações sociais que incluem direitos e obrigações, mesmo se determinada família não estiver morando nas terras de tia Eva. A festa de São Benedito ainda é o ponto aglutinador entre as famílias que migraram e as que ficaram, pois é um ritual de interação que agrupa indivíduos com interesses comuns, constituindo o princípio da reciprocidade.

Atualmente, Dona Narzira vem transmitindo certas responsabilidades da festa para sua filha, Dona Neuza Rosa dos Santos, e para sua neta, Sandra Martins dos Santos (filha de Dona Neuza). Após a criação da Associação Beneficente dos

Descendentes de Eva Maria de Jesus – Tia Eva, em 1984, a festa tem sido coordenada pelo presidente e pelos diretores desta associação. Todos os envolvidos na organização da festa são descendentes diretos de tia Eva.

A igrejinha de São Benedito, assim como sua festa, continua a arregimentar muitos fiéis, uns prestam sua devoção a São Benedito e outros à tia Eva. Com o passar dos anos, diversas pessoas têm creditado certos milagres à tia Eva. Essa fama, que se iniciou quando ela era parteira, curandeira e benzedeira, foi aumentando, principalmente após o seu falecimento em 1926. O espaço que os moradores de Campo Grande antes identificavam como de São Benedito hoje é reconhecido por muitos como de tia Eva, ou comunidade Tia Eva.

Na década de 1970, a prefeitura municipal de Campo Grande homenageou a ex-escrava Eva Maria de Jesus, tia Eva, colocando seu nome na rua que corta sua comunidade. No dia 30 de agosto de 1996, ela foi agraciada com o título de cidadã campo-grandense, tributo concedido pelos relevantes serviços prestados à cidade de Campo Grande (Decreto Legislativo nº 368, de 27/06/1996). No ano seguinte, a igrejinha de São Benedito passou a fazer parte do patrimônio público estadual e municipal. Foi a primeira construção de característica religiosa tombada em Mato Grosso do Sul.

Em março de 2003, o governo do estado de Mato Grosso do Sul inaugurou o busto de tia Eva em frente á igrejinha de São Benedito. O jornal *Correio do Estado* publicou, no dia 20 de abril de 2005, uma matéria que apontava a situação dos possíveis canonizáveis do município de Campo Grande – entre os quatro nomes citados, estava o de tia Eva. Posteriormente, no dia 29 de fevereiro de 2008, a comunidade negra Tia Eva recebeu da Fundação Cultural Palmares o certificado de comunidade remanescente de quilombo. Desde então vem reivindicando, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, a regularização fundiária do território original de tia Eva.

Recebido em 02/02/2012
Aceito em 20/06/2012

Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos – INCT/InEAC vinculado à Universidade Federal Fluminense. Realizou estágio pós-doutoral no INCT/InEAC, fez Mestrado e Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Tem desenvolvido a sua investigação na área de antropologia do campesinato.

Notas

* Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) – Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (InEAC) vinculado a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proppi) da Universidade Federal Fluminense.

1. Os descendentes de tia Eva denominam seu território de comunidade Tia Eva, porém se referem a esse mesmo espaço como comunidade São Benedito. Por isso, utilizo neste artigo os dois nomes para me referir às terras de tia Eva.

2. Utilizo o "T" maiúsculo em *Tia* Eva para assinalar a comunidade Tia Eva, e o "t" minúsculo para assinalar a pessoa de tia Eva.

3. Essa "Irmandade" (com letra maiúscula) se diferencia das irmandades (com letra minúscula) negras religiosas pelo fato de aquelas não estarem submetidas ao controle e às normas eclesiásticas da organização político-religiosa da Igreja Católica.

4. Aqui o termo "comitiva" é colocado enquanto uma categoria nativa, que expressa o deslocamento dos grupos de ex-escravos em direção ao Mato Grosso do Sul.

5. Estabelecimento público que tinha a função de cadastrar as pessoas que entravam e saíam dos estados, além de cobrar imposto sobre as mercadorias importadas e exportadas.

6. Pequeno caminho de terra.

Referências bibliográficas

ARRUDA, Ângelo M. V. de. 2006. *Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS.

AYALA, S. Cardoso & SIMON, Feliciano (orgs.). 2006 [1914]. *Album graphico do estado de Matto Grosso (E. E. U. U. do Brazil)*. Campo Grande: AGIOSUL; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

BARROS, Abílio L. de. 1999. "Crônicas de uma vila centenária". In: *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande/MS: Matriz Editora.

BRUNO, Ernani Silva. 1967. *História do Brasil: geral e regional*. Vol. VI. São Paulo: Cultrix.

CONGRO, Rosário. 2003 [1919]. *O município de Campo Grande*. IHGMS. MS.

DOLES, Dalísia E. Martins, *et al*. 1984. *Arquivos cartoriais: Anápolis, Catalão e Jataí*. Goiânia: Ed. UFG.

ELIAS, Norbert. 2000. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

FRANÇA, Basileu Toledo. 1987. *Capangueiros e jagunços: os caçadores de diamante do rio das Graças*. Goiânia: Governo do Estado de Goiás/Bolsa José Décio Filho e União Brasileira de Escritores/seção de Goiás. Gráfica do Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado.

_____. 1995 [1954]. *Pioneiros: Romance histórico da fundação de Jataí e contribuição ao estudo do povoamento de Goiaz*. Goiás: Ed. UFG.

GOMES, Arlindo de A. 2004. *O município de Campo Grande em 1922*. IHGMS. MS.

MAUSS, Marcel. 2003. "Ensaio sobre a dádiva". In: ___. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.

MELLO, Dorival Carvalho. 2002. *Nos porões do passado: a descoberta de Jataí*. Jataí: Sudográfica/Stúdio 54 Gráfica / Ed. Ltda. Goiás.

MENSAGEM do 1º Vice-Presidente do estado de Matto-Grosso, Joaquim Augusto da Costa Marques. Abertura da sessão extraordinária da Assembleia Legislativa, em 13 de maio de 1912. Cuyabá: Typographia Official.

MENSAGEM do Presidente do estado de Matto-Grosso, Joaquim Augusto da Costa Marques. Abertura da 2ª sessão extraordinária da Assembleia Legislativa, em 13 de maio de 1913. Cuyabá: Typographia Official.

PEREIRA, Eurípedes B. 2002. *História da fundação de Campo Grande*. Campo Grande, MS: Edição do autor.

SANTOS, João Vicente Tavares dos. 1982. "A produção subordinada do campesinato". *Ensaios FEE*, Porto Alegre / RS, v. 2, n.2, p. 109-117.

SANTOS, Milton. 1996. *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

SOUZA MARTINS, José de. 1997. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec.

WOORTMANN, Ellen F. 1995. "Japoneses no Brasil/Brasileiros no Japão: tradição e modernidade". *Série Antropologia nº 183*, DAN/UnB.

WOORTMANN, Klaas. 1990. "Com Parente Não se Neguceia". *Anuário Antropológico*/87. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda.

Resumo

Por meio das memórias dos idosos da comunidade negra Tia Eva, localizada em Campo Grande/MS, procuro, no presente artigo, apresentar a trajetória de vida da ex-escrava Eva Maria de Jesus (tia Eva) e, como consequência, a história da formação dessa comunidade. A memória sobre tia Eva também revelou as interações que ocorreram entre ex-escravos da região Sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) e ex-escravos migrantes das fazendas escravocratas do Triângulo Mineiro e do sul do estado de Goiás. Essas interações provocaram o nascimento do que denomino de "Irmandade" (categoria nativa), que uniu seus membros com o objetivo comum de realizar o projeto camponês e que pode ser resumido na tríade terra, família e trabalho. Procuro evidenciar também que os membros da Irmandade formaram intrínsecas ligações (políticas, socioeconômicas e culturais) que denominei de rede-irmandade. O foco dessa rede era o de ajuda e apoio mútuos, além da preservação e do acesso a terra, ou seja, o projeto de reprodução social camponês. Esse projeto, além de ter estabelecido os vínculos de uma Irmandade formada por ex-escravos, direcionou a vida da ex-escrava Eva Maria de Jesus (tia Eva).

Palavras-chave: Memória, escravidão, campesinato, negros

Abstract

Through the memories of the elderly at Aunt Eva's black community in Campo Grande, state of Mato Grosso do Sul, I attempt to present the life history of former slave Eva Maria de Jesus (Aunt Eva) and, hence, how that community was created. Memories about Aunt Eva also show the way interactions occurred between ex-slaves from southern Mato Grosso (today's Mato Grosso do Sul) and migrant ex-slaves from plantations in Triângulo Mineiro and southern Goiás state. These interactions originated what I call "Brotherhood" (a native category) by uniting its members around the common goal of carrying out their peasant project, summarized by the land, family, and work triad. I also try to show that Brotherhood members created internal ties (political, socio-economic, and cultural) I have dubbed Brotherhood networking. This networking focuses on mutual aid and conservation and access to land, that is, the peasant project of social reproduction. Besides the ties it created between a Brotherhood of former slaves, this project also guided the life of ex-slave Eva Maria de Jesus (aunt Eva).

Keywords: Memory, Slavery, peasants, blacks